



Formação continuada de professores da rede básica de ensino de municípios da região da campanha e fronteira oeste/RS

Continuing education of teachers of the basic education network of municipalities in the region of campanha and fronteira oeste/RS

Formación continuada de profesores de la red de educación básica de los municipios de la región de campanha y frontera oeste/RS

Rosimere Machado dos Santos¹  • Mara Elisângela Jappe Goi² 

RESUMO

Neste texto apresenta-se uma pesquisa sobre a temática Formação Continuada de Professores e tem como pergunta de pesquisa: Como foi ofertada a formação continuada dos professores em alguns municípios da região da Campanha, Fronteira Oeste e um município limítrofe de Caçapava do Sul, RS nos últimos 5 anos? Tem-se por objetivo realizar estudo sistemático sobre as jornadas de formação continuada durante o período de 2017 a 2021, destacando se ocorreu formação específica para cada área do conhecimento e, em especial, em Ciências da Natureza. A investigação foi realizada pela interpretação de um questionário composto por questões de múltipla escolha e questões descritivas que foi enviado aos professores. A análise foi feita de forma quanti-qualitativa a partir dos dados apurados e das categorias a priori. Pelo levantamento dos dados foi possível perceber que aconteceu pouca formação específica para cada área do conhecimento, sendo este um desafio para as Secretarias de Educação, pois os professores alegaram que as formações não estavam de acordo com suas expectativas.

Palavras-chave: Formação em serviço; Educação Pública; Ensino de Ciências.

ABSTRACT

This text presents a research on the theme Continuing Education of Teachers and its research question is: How was the continuing education of teachers offered in some municipalities in the region of Campanha, Fronteira Oeste and a neighboring municipality of Caçapava do Sul, RS in last 5 years? The objective is to carry out a systematic study on the continuing education journeys during the period from 2017 to 2021, highlighting whether there was specific training for each area of knowledge and, in particular, in Natural Sciences. The investigation was carried out by the interpretation of a questionnaire composed of multiple choice questions and descriptive questions that was sent to the teachers. The analysis was carried out in a quanti-qualitative way from the data collected and from the a priori categories. From the data collection, it was possible to perceive that there was little specific training for each area of knowledge, which is a challenge for the Departments of Education, as the teachers claimed that the training was not in accordance with their expectations.

Keywords: In-service training; Public education; Science teaching.

¹ Licencianda em Química pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Caçapava do Sul/RS - Brasil. E-mail: rosimeresantos.aluno@unipampa.edu.br

² Licenciada em Química, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, Doutora em Educação e Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Caçapava do Sul/RS - Brasil. E-mail: maragoi28@gmail.com

RESUMEN

Este texto presenta una investigación sobre el tema Formación Continuada de Profesores y su pregunta de investigación es: ¿Cómo se ofreció la formación continua de profesores en algunos municipios de la región de Campanha, Fronteira Oeste y municipio vecino de Caçapava do Sul, RS en los últimos 5 años? ¿años? El objetivo es realizar un estudio sistemático sobre las jornadas de formación continua durante el periodo 2017 a 2021, destacando si hubo formación específica para cada área de conocimiento y, en particular, en Ciencias Naturales. La investigación se llevó a cabo mediante la interpretación de un cuestionario compuesto por preguntas de opción múltiple y preguntas descriptivas que fue enviado a los docentes. El análisis se realizó de forma cuantitativo-cualitativa a partir de los datos recogidos y de las categorías a priori. A partir de la recolección de datos, se pudo percibir que había poca formación específica para cada área de conocimiento, lo que es un desafío para las Secretarías de Educación, ya que los docentes afirmaron que la formación no estuvo de acuerdo con sus expectativas.

Palabras clave: Entrenamiento en servicio; Educación pública; Enseñanza de las ciencias.

1. INTRODUÇÃO

A formação continuada não pode limitar-se a retomada de conteúdos e modalidade da formação inicial, devendo concentrar-se nas necessidades e situações vividas na prática, diversificando seus métodos, como a formação através dos pares, formação sob medida, formação no ambiente de trabalho integrada em uma atividade de pesquisa colaborativa, etc. (TARDIF, 2010). Os professores necessitam de momentos de reflexões, não apenas como um processo psicológico ou atividade isolada da prática, mas de momentos com trocas de experiências profissionais e pessoais (ECHEVERRÍA; BELISÁRIO, 2008).

Considera-se importante a formação continuada de professores no processo de educação escolar, pois, poderá capacitar esse profissional frente à evolução social, científica e tecnológica, podendo ter mais relevância para a qualificação e melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem (VIVIAN; GOI, 2021). Desse modo, pode-se afirmar que a formação continuada de professores, isoladamente, dificilmente poderá levar a mudanças relevantes, sendo assim, uma questão necessária, mas não suficiente para a construção da qualidade da educação (ALFERES; MAINARDE, 2011).

Tratar da formação continuada de professores é uma temática relevante de pesquisa e vem sendo realizada por muitos pesquisadores (NÓVOA, 1995; TARDIF, 2010; IMBERNÓN, 2010; FREIRE, 1997, ARAÚJO; REIS, 2014, DAVID, 2006, SOLAREVICZ, 2006, GATTI, 2010, SOUTO, 2014, DOURADO, 2015, BORGES; GOI, 2017;2021, VIVIAN; GOI, 2022). Assim, esse manuscrito tem por objetivo apresentar os resultados de um estudo sistemático sobre como vem acontecendo a jornada de formação continuada ofertada para professores nas escolas da rede de Ensino Público de alguns municípios da Região da Campanha, Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul- RS e de um município limítrofe de Caçapava do Sul. Realizou-se o estudo objetivando conhecer os aspectos referentes a essas formações durante o período dos últimos cinco anos (2017-2021), destacando se existe formação específica para cada área e, em especial, em Ciências da Natureza, se além da formação ofertada se estes professores procuram fazer outras formações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Formação continuada de professores

A formação profissional dos professores inicia na graduação e consolida-se na formação continuada e permanente, sendo um processo que dar-se-á por toda a carreira docente. Nessa perspectiva, os saberes da profissão se conectam entre as ciências da educação e a prática docente por meio da formação inicial e continuada de os professores (TARDIF, 2010).

“Entende-se por formação continuada aquela que ocorre após a formação inicial, e destina-se a todos os profissionais” (ARAÚJO; REIS, 2014, p.3), sendo necessária a atualização, em especial para os professores, pois há constantes mudanças sociais, culturais e tecnológicas na sociedade (ARAÚJO; REIS, 2014). Assim, a profissionalização do educador supõe a valorização dos profissionais, implicando pensar que na definição de uma Política Nacional Global de Formação se articule a formação inicial com a continuada, e além das condições de formação, condições materiais de trabalho, planos de carreira e de salários (ANFOPE, 1998).

A formação continuada não pode se configurar apenas como um meio de aglomeração de cursos, palestras, seminários de conhecimentos ou técnicas, mas um trabalho de reflexão crítica e de construção permanente de uma identidade pessoal e profissional (DAVID, 2006).

Solarevicz (2006) afirma que o ser humano, a cada dia, se constrói dominando cada vez mais o seu espaço e por meio da formação continuada o professor estará se constituindo como educador. De modo semelhante, Freire (1997) destaca que a busca por formação deve partir do mundo do trabalho e das experiências de cada docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua formação se torne processos permanentes. Sua experiência docente, bem percebida e vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante (FREIRE, 1997).

A formação continuada de professores corresponde a um conjunto de ações relevantes na construção de um processo dinâmico de aquisição de saberes, novas estratégias, discussões teóricas que possam contribuir com as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da qualidade de ensino e da ação pedagógica no contexto escolar (SOUTO, 2014).

Na busca de novos referencias teóricos e metodológicos, os processos de conhecimentos profissionais saberes e identidade do professor, profissionalização docente, professor crítico reflexivo e desenvolvimento profissional, atende especificidades diferenciadas procurando suplantar os velhos paradigmas de formação, desvelando concepções formativas (RIVAS *et al.*, 2005). Em um contexto mais amplo, as aprendizagens indicam uma diversidade de saberes, que envolvem os conhecimentos da matéria de ensino, as competências, as habilidades, o saber fazer, o conhecimento pedagógico e o conhecimento da formação docente (COUTO, 2005).

Percebendo-se a importância de analisar a profissão docente sob uma perspectiva crítico- reflexiva, visando à formação de sujeitos autônomos, conscientes e críticos (ARAÚJO; REIS, 2014), é necessário o incentivo constante para que o professor faça a sua formação durante a sua trajetória profissional.

Desse modo, a consolidação do conhecimento profissional pode acontecer mediante a formação permanente, apoiando-se na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica, sob e durante a ação, o diagnóstico, decisão racional, a avaliação de processos com a reformulação de projetos (IMBÉRNON, 2010).

A formação continuada é um direito previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que tem por finalidade assegurar aos profissionais da educação o aperfeiçoamento por meio da intervenção institucional pública (Municipal, Estadual, Federal e Distrital), como regem os Artigos 61, 62 e 87 (Inciso III). Isso fortalece a ideia de que as políticas públicas devem priorizar qualitativamente o aperfeiçoamento dos docentes.

Borges e Goi (2017) sinalizam que a atualização dos professores é necessária e imprescindível para a qualificação do trabalho docente por meio da formação continuada, atendendo as lacunas da formação inicial e atualização profissional. Percebendo essa importância, Vivian e Goi (2021) revelam que a formação continuada é relevante, possibilitando uma melhoria da qualidade de educação frente à evolução social, científica e tecnológica, tornando o processo de educação escolar passível de modificações. Borges e Goi (2022, p.22) também pontuam “que existe uma ideia recorrente de que a formação continuada de professores se faz necessária em razão das limitações da formação inicial”.

2.2. A educação e a formação de professores no Brasil

Escrever sobre formação de professores remete a pesquisar como o processo formativo se constituiu historicamente no país. Saviani (2009) relata que no Brasil a questão de preparo de professores manifestou-se de forma explícita após a Independência do país, podendo distinguir os seguintes períodos na história de formação de professores: Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890); estabelecimento e padrão das Escolas Normais (1890-1932); organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira de 1932 e Fernando de Azevedo de 1933; a consolidação do modelo das escolas normais e, a organização e implementação dos cursos de Pedagogia e Licenciatura (1939- 1971). A Escola Normal é substituída pela Habilitação Específica de Magistério (1971- 1996); instituição dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996- 2006).

Para Nóvoa (1999) é impossível imaginar alguma mudança na educação que não passa pela formação de professores. O curso de Pedagogia no Brasil foi regulamentado pela primeira vez no Decreto-Lei Nº 1.190/1939, assim definido como lugar de formação de “técnicos em educação”, sendo a padronização do curso decorrente da concepção normativa da época, que esboçava todas as licenciaturas no modelo denominado “esquema 3 + 1”, no qual eram feitas as formações de bacharéis nas diversas áreas, a saber: Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química; ressaltando ainda que, aos licenciados em Pedagogia era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário. O esquema 3 + 1 das décadas de 1940 e 1950 correspondia a três anos de disciplinas do bacharelado e um ano de disciplinas pedagógicas que ficava a cargo do departamento pedagógico das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (SAVIANI, 2009).

Com o advento da Lei Nº 4.064/1961 e a regulamentação contida no Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) Nº 251/62 manteve-se o esquema 3 + 1, fixando-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia em sete disciplinas e mais duas escolhidas pela instituição. Com essa organização pretendia-se manter uma unidade de conteúdo aplicável como critério para a transferência de alunos em todo o país. Regulamentada no Parecer, a licenciatura previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar e Prática de Ensino, sendo esta em forma de Estágio Supervisionado (BRASIL, 2005).

A Resolução CFE Nº 2/1969 determinava que para a formação de professores e especialistas fosse preparado no curso de graduação em Pedagogia, que reverteria ao grau de licenciado (BRASIL, 2005).

Saviani (2009) relatou que, devido ao golpe militar de 1964, foram realizadas adequações no campo educacional. Em 1971, por exemplo, o Ensino Primário e Médio alterou sua nomenclatura para Primeiro Grau e Segundo Grau, e houve o desaparecimento das Escolas Normais, assim, instituiu-se a habilitação de 2º Grau específica para o exercício do magistério.

No crescimento social e econômico do país foi ampliado o acesso à escola das classes populares a partir de 1967 com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que trazia diversas visões de mundo e variações do conceito de cidadania, crescendo as exigências de qualificação docente e um novo tipo de gestão escolar, acarretando a valorização das especializações nos planos de carreira (BRASIL, 2005)

Na década de 1980 houve um movimento que demonstrou a insatisfação entre os educadores, impulsionando a realização de pesquisas em escolas, em que se evidenciou a necessidade de revisão dos cursos de formação de professores no que se refere à teoria e a prática (PIMENTA, 1995). No processo de discussões a respeito da formação do pedagogo e professores, foi realizado em São Paulo no ano de 1980 a I Conferência Brasileira de Educação (CBE), considerado um importante momento para esse processo (VIEIRA, 2008).

Vieira (2008) relata que no I Encontro Nacional do Comitê Pró-reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciatura ocorrido em 1983, em Belo Horizonte, teve início a formulação dos princípios gerais da proposição de uma Base Comum Nacional para a formação dos educadores. Depois disso, o autor sinaliza que houve vários encontros e conferências ao longo dos anos, e em 1988, no III Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE) com a V Conferência Brasileira de Educação. Apurou-se que as discussões acerca da Base Comum Nacional assinalavam que esta deveria configurar-se como "eixos curriculares" na formação do educador. Em 1989 o IV Encontro Nacional da CONARCFE teve o objetivo de posicionar-se em relação à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No ano de 1990 o movimento pró-formação do Educador firma-se com a denominação de Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), e que na década de 1990 com a reforma do Estado Brasileiro, gerou alterações na própria educação nacional (VIEIRA, 2008).

Em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei Federal Nº 9394/96, foi implementada uma série de ações pelo Estado que trouxeram modificações para a educação brasileira, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até o Ensino Superior, essas mudanças foram sentidas, principalmente, nas universidades públicas e nos cursos de formação docente (VIEIRA, 2008), no qual são explanados nos Artigo 1º, 2º, 3º, 61 e 62. A entrada em vigor da 2ª edição atualizada da LDB (2017) significou um momento de modificação para a educação nacional.

No texto da LDB de 1996 os Artigos 1º, 2º e 3º retratam a educação e seus princípios como: a educação compreendida como processo da formação humana, sendo dever da família e do Estado, tendo por finalidade o desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, dispondo como princípio de igualdade de acesso e permanência, gratuidade do Ensino Público, valorização profissional e Gestão Democrática, etc.

O Artigo 61 da LDB aponta que são considerados profissionais da Educação Básica os que estão em efetivo exercício, tendo sido formados em cursos reconhecidos que são professores habilitados em nível Médio ou Superior para a Educação Infantil e nos ensinos Fundamental e Médio; portadores de diploma de Pedagogia, com habilitação em Administração, Planejamento, Supervisão e Orientação Educacional, assim como os títulos de mestrado e doutorado na mesma área, como também curso técnico ou superior em área pedagógica e afim.

No Artigo 62, o Inciso 1º retrata que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério e Inciso 2º aponta que a formação continuada poderá utilizar recursos e tecnologias de educação à distância.

Gatti (2010) observa que na publicação da Lei 9394/96 há alterações propostas tanto para as instituições formadoras como para os cursos de formação de professores, sendo definido um período de transição para a sua implantação e que em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores seriam promulgadas. A autora aponta que nos anos seguintes, as Diretrizes Curriculares para cada curso de licenciatura passariam a ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Dourado (2015) argumenta que no âmbito do CNE ocorreu uma movimentação em direção à busca de maior organização para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, incluindo a reanálise das Diretrizes e outros instrumentos normativos acerca da formação inicial e continuada. A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), resultou na Lei 13005/2014 inaugurando uma nova fase para as políticas educacionais do país. Para o decênio 2014/2024 o PNE apresenta vinte metas e várias estratégias que englobam a Educação Básica e a Educação Superior, em suas etapas e modalidades e destas vinte, cinco são voltadas, especificamente, aos professores em formação inicial, formação continuada, valorização profissional e plano de carreira (DOURADO, 2015). As metas 12, 15, 16, 17 e 18 estão voltadas à Educação Superior como base para formação inicial e continuada, podendo possibilitar a melhoria nesse nível de ensino, proporcionando a profissionalização docente.

A Resolução CNE/CP Nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) publicada no dia 22 de dezembro de 2017, refere-se à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, e a Base do Ensino Médio que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos de modo a segurar a formação básica comum (BRASIL, 2017). A BNCC “de caráter normativo define o conjunto orgânico e processos de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017). Agrega a política nacional da Educação Básica com outras políticas e ações, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, alusivo à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para oferta de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017). Assim, a BNCC não enfatiza de forma detalhada como deve ser realizado o processo formativo dos professores, mas considera essencial que a mudança tenha início, pois os currículos influenciarão a formação inicial e continuada dos educadores. O processo formativo dos professores vem sendo apresentado na BNC-formação que detalha e discute essas questões.

Quanto ao processo formativo a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020 p.1) “Dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui” [...] “a BNC- Formação Continuada”. Esta Resolução prevê no Artigo 3 competências profissionais, que exige do professor “sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global,

objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos” (BRASIL, 2020, p.2) e, para isso conta com “três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se completam na ação docente no âmbito da Educação Básica: conhecimento profissional; prática profissional; e engajamento profissional”. (BRASIL, 2020, p.2)

O Artigo 7 dessa Resolução descreve a respeito da Formação Continuada e seu impacto sobre a eficácia na qualidade da prática docente. Para isso deve atender alguns itens: “foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica” (BRASIL, 2020, p. 5).

Quanto aos cursos de formação continuadas de professores a Resolução aponta atividades formativas, presenciais, à distância, semipresenciais, híbridas, ou outras estratégias não presenciais, visando o processo de ensino e, também, o desenvolvimento profissional do docente. Essas formações podem ser ofertadas pela IES, por organizações especializadas ou pelos órgãos formativos das redes de ensino (BRASIL, 2020).

No Artigo 9 dessa Resolução estão descritos os tipos de cursos que os professores podem fazer durante seu processo de formação continuada. Sejam eles cursos de atualização, cursos e programas de Extensão, cursos de aperfeiçoamento, Cursos de pós-graduação *lato sensu* de especialização, cursos ou programa de Mestrado Acadêmico ou Profissional, e de Doutorado.

Ainda no Artigo 10 revela-se que é fundamental que essas formações ocorram com articulações das IES juntamente com “professores experientes da rede escolar de ensino, criando assim, uma ponte orgânica e contextualizada entre a Educação Superior e a Educação Básica” (BRASIL, 2020, p. 6).

Finalizando o processo formativo apontado por essa Resolução, vigente hoje, observa-se que os professores devem procurar por formação ao longo de sua vida, assim, nos Artigos de 11 a 14 há menção de as políticas serem produzidas a partir do real interesse do professor aliadas à necessidade da escola; as formações devem ser contextualizadas com as práticas docentes desenvolvidas, as formações devem acontecer articuladas às tutorias dos profissionais mais experientes e, a formação continuada deve acontecer por meio de programas e cursos flexíveis.

Podendo-se apontar como principais marcos como mudanças da política educacional voltada para a formação de professores: o estabelecimento e padrão das Escolas Normais (1890-1932); organização dos Institutos de Educação (1932-1939); Decreto-Lei Nº 1.190/1939 que regulamenta o Curso de Pedagogia no Brasil; Lei Nº 4.064/1961 e a regulamentação contida no Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) Nº 251/62 manteve-se o esquema 3 + 1; Resolução CFE Nº 2/1969 determinava que para a formação de professores e especialistas fosse preparado no curso de graduação em Pedagogia; 1980 a I CBE discutiu a respeito da formação de pedagogos e professores; 1983 teve início a formulação dos princípios gerais da proposição de uma Base comum Nacional para a formação de educadores; em 1989 o IV Encontro Nacional da CONARCFE teve o objetivo de posicionar-se em relação à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; em 1996 com a promulgação da Lei Federal Nº 9394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; na Lei 13005/2014 aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE); Resolução CNE/CP Nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) publicada no dia 22 de dezembro de 2017; Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020 institui a BNC- Formação Continuada.

Esses marcos permitem visualizar como se constitui o processo formativo de os professores no Brasil, as modificações nas Leis e a busca por melhorias da qualidade da educação.

3. METODOLOGIA E CONTEXTO DA PESQUISA

Este trabalho é de cunho quanti-qualitativo, pois “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106). A pesquisa foi implementada para professores de Ensino Fundamental e Médio de alguns municípios da Região da Campanha, Fronteira Oeste e São Sepé, este último município vizinho que faz divisa com Caçapava do Sul e pertence à Região Central do Estado do RS. Para a produção de dados foi utilizado um questionário composto por questões de múltipla escolha e questões descritivas. enviados via e-mail para os professores destas regiões que participaram das ações de formação da Universidade Federal do Pampa-Unipampa durante o ano de 2020 no ciclo de formação do CIFOR – Comissão Institucional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

No Quadro 1 estão detalhadas as questões que compõem a pesquisa, estas contemplam questões a respeito dos sujeitos da pesquisa, bem como um levantamento de dados sobre as formações que estes sujeitos realizaram nos últimos anos.

Quadro 1: Questões da pesquisa

Pesquisa sobre Formação Continuada dos últimos 5 anos em especial da área de Ciências
Cidade/Estado
Sexo () Masculino () Feminino () Outro () Prefiro não opinar
Idade
Tempo no Magistério
Formação
1)A escola que trabalha é: () Municipal () Estadual () Ambas
2) As respostas deste questionário serão regidas pelas formações oferecida pela rede: () Municipal () Estadual
3) Existem Formações Continuadas para professores realizadas pela Secretaria de Educação? () Sim () Não
4) Em qual modalidade esta Formação Continuada é oferecida pela Secretaria de Educação? () Cursos de atualização () Atividade de Extensão () Cursos de aperfeiçoamento de Especialização, Mestrado e ou Doutorado
5) Quanto a oferta de que forma ocorre a Formação Continuada oferecida pela Secretaria de Educação? () Presencial () Semipresencial () À distância ³ () Remoto ² () Remoto e presencial () Remoto e semipresencial
6) A Formação Continuada é oferecida: () Mensal () Semestral () Anual () Outra
7) Quanto a duração da Formação Continuada oferecida pela Secretaria da Educação: () Menos de 20 horas () De 20 a 40 horas () Mais de 60 horas

^{3,2} O **ensino remoto** acontece apenas dentro do ambiente virtual e prioriza a transmissão das aulas em tempo real. O **ensino à distância** alunos e professores estão separados, física ou temporalmente, sendo necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>).

8) As atividades de Formação Continuada ofertada pela Secretaria da educação são divulgadas como?
9) Quais os principais aspectos ou assuntos abordados durante a Formação Continuada?
10) De que forma esses assuntos são levantados para que possam ser trabalhados durante a Formação Continuada?
11) Existe Formação específica para cada área de conhecimento: () Sim () Não
12) Se existe, quais principais aspectos ou assuntos abordados nas Formações de Ciências da Natureza?
13) Como são escolhidos os assuntos a serem trabalhados na Formação Continuada de Ciências da Natureza: () Escolhidos pela Secretaria de Educação () Sugeridos pelos professores da rede por meio de enquete () Outros
14) Caso tenha respondido "outros" na questão anterior, descreva-as:
15) Os assuntos ou temáticas tratadas na Formação Continuada de professores de Ciências da Natureza são implementados na prática docente? () Sim () Não
16) Caso tenha respondido "sim" na questão anterior, descreva como são implementados na prática docente:
17) Além das Formações ofertadas pela Secretaria de Educação há outras formações realizadas? () Sim () Não
18) Caso tenha respondido "sim" na questão anterior, descreva quais?
19) Durante o ano letivo participa de eventos como seminário, congressos, etc...de forma a contribuir com sua Formação Continuada? () Sim () Não
20) Se a resposta da questão anterior for "sim", quais são esses eventos?
21) Além das formações ofertadas (implementadas?) pela secretaria você faz outras formações? () Sim () Não
22) Se a resposta da questão anterior for "sim" quais?
Gostaria de fazer algum comentário que o questionário não contemplou sobre a formação continuada:

Fonte: As autoras (2022).

Os questionários foram encaminhados para 94 professores das regiões mencionadas, juntamente com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que as suas respostas pudessem ser utilizadas na pesquisa. Após os resultados foram analisados a partir de categorias *a priori*, a saber: (i) *Formação realizada pelos professores*; e, (ii) *Temáticas tratadas nas formações continuadas*.

4. OS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Informações relevantes dos professores sujeitos da pesquisa

Ao todo participaram da pesquisa 14 professores, ou seja, 14,89% do total dos questionários enviados. As características sobre os professores que responderam ao questionário estão destacadas no quadro abaixo. Este se refere à cidade que estes professores trabalhavam, sexo, faixa-etária, tempo de atuação no magistério, formação, escola que atuava e rede que geralmente faziam as formações continuadas.

Quadro 2 – Características sobre professores que responderam ao questionário.

	Características	Respostas
Cidade	Caçapava do Sul	09
	Alegrete	01
	Bagé	01
	Rosário do Sul	01
	São Sepé	01
	Vila Nova	01
Sexo	Masculino	02
	Feminino	12
Faixa etária (anos)	27	01
	38	01
	40	01
	41	02
	43	01
	44	02
	45	01
	46	01
	48	01
	49	01
	51	01
	62	01
Tempo de Atuação no magistério	2 anos	01
	8 anos	01
	11 anos	01
	15 anos	01
	19 anos	03
	20 anos	02
	21anos	02
	25 anos	01
	27 anos	01
	39 anos	01
Formação	Biologia	01
	Ciências Biológicas	04
	Ciências Biológicas e Ciências Agrárias	01
	Ciências Exatas e Pedagogia	01
	Ciências e Biologia	01
	Física Licenciatura Plena	01
	Letras	01

	Mestra em Ensino de Ciências	02
	Curso em Ensino Superior sem especificar área	01
	Mestranda sem especificar área	01
Escola que trabalha	Municipal	04
	Estadual	07
	Municipal e Estadual	03
As respostas seriam regidas pelas formações ofertadas pela rede	Municipal	06
	Estadual	08

Fonte: As autoras (2022).

Ao analisar os dados observou-se a heterogeneidade sobre as informações desses profissionais. São oriundos de cidades da Região da Campanha, da Fronteira Oeste e uma cidade da Região Central, com 12 dos respondentes do sexo feminino e 2 do sexo masculino, estando na faixa etária dos 27 aos 62 anos, com maioria formado na área de Ciências da Natureza. Apenas dois destes professores estavam a menos de 10 anos na carreira docente. Observou-se que a maioria destes tem graduação, uma ou mais, sendo que 2 tem pós-graduação em nível de Mestrado. É importante destacar que a busca por formação continuada é relevante para o desempenho do trabalho do professor. Conforme aponta Flóridi e Steinle (2008, p. 5) "para realizar seu trabalho docente, é preciso que o professor se aproprie constantemente dos avanços das Ciências e das teorias pedagógicas". Tendo em vista, a renovação dos conhecimentos se torna necessária para o professor, qualificando o trabalho docente e a formação continuada, podendo atender as lacunas da formação inicial (BORGES, GOI, 2017, 2022).

Entre os profissionais, 7 trabalhavam na Rede Pública Estadual, 4 na Rede Pública Municipal e 3 desses profissionais trabalhavam em ambas as Redes. Ao serem questionados sobre qual rede iriam se referir para responder o questionário, 8 responderam que iriam destacar a formação que realizavam na rede Estadual do Estado do RS e 6 pela rede Municipal.

Sabe-se que as regiões analisadas e outras do Estado do RS passaram muito tempo por precariedade na formação continuada de professores (DIAS, FERREIRA, 2019). As Instituições de Ensino Superior (IES) que desempenham o papel de formação docente estavam distantes da região. A aproximadamente 12 anos que as universidades públicas começaram a sua expansão no Estado do RS, ou pelo fato de nas décadas anteriores ter a expansão das universidades privadas nesta região, afirmando o pagamento de cursos, o que pode contribuir para a pouca adesão aos processos formativos (MAIA, STROHAECKER, 2019). Isso corrobora com o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da região, pois, fazendo uma média do IDEB do ano de 2019 (da região que os professores responderam o questionário) constata-se um número baixo no Ensino Fundamental (4,2), bem como do Ensino Médio, (3,6). Analisando os IBEB de anos atrás, estes números são ainda mais baixos, observa-se que a média do IDEB em 2011 no Ensino Fundamental era de 3,7 enquanto para o Ensino Médio o IDEB não era contabilizado. Analisando o IDEB do Ensino Fundamental, vê-se um aumento considerável de 2011 até 2019, aumentando o escore deste indicativo.

Estas informações são relevantes para compreender quem são os sujeitos da pesquisa, seus cursos de formação inicial e continuada, onde atuam na docência, tempo de docência, etc. A seguir destaca-se as categorias de análise que foram organizadas *a priori* para entender como ocorreram as

formações dos professores da região pesquisada nos últimos anos e quais as temáticas que foram abordadas nestas formações.

(i) Formações realizadas pelos Professores

Esta categoria aborda as formações continuadas quanto à modalidade, oferta e carga horária, procurando saber se além das formações oferecidas pela Secretaria de Educação os professores realizaram outras formações. No Quadro 3 pode-se observar os dados produzidos a partir do questionário.

Quadro 3: Formações Realizadas pelos Professores

	Características	Respostas
Modalidade	Cursos de Atualização	13
	Atividades de Extensão	01
	Cursos de Aperfeiçoamento	0
Oferta	Presencial	03
	Semipresencial	02
	À distância	03
	Remoto	02
	Remoto e presencial	04
	Remoto e semipresencial	0
Carga horária	Menos de 20 horas	02
	De 20 horas a 40 horas	12
	Mais de 60 horas	0
Período	Mensal	02
	Semestral	06
	Anual	04
	Outro	02
Outras Formações Realizadas que participaram	Órgãos Oficiais	02
	Universidades	03
	Cursos oferecidos pelas Editoras dos livros	01
Participação em eventos como: seminários, congressos, etc.	Citados: Café com Ciência, Cirandar, EDEQ, ENPEC, EREC, Investigações na Escola, SIEPE.	09

Fonte: As autoras (2022).

Pelos dados obtidos, a modalidade de formação mais realizada pelas Secretarias de Educação destas regiões foram os Cursos de Atualização, representando 13 respostas, com certa homogeneidade em relação à oferta, pois, 3 relataram fazer o curso de forma presencial, 2 semipresencial, 3 à distância, 3 de forma remota e 4 remoto e presencial. A carga horária que esses cursos foram ofertados foram de 20h a 40h, representando 12 respostas, e 2 responderam que fizeram formação com uma carga horária menor que 20h, sendo que o período que ocorreu foi mensal e "outros" aparecem em 2 respostas, semestral, 6 professores responderam e anual com 4 respondentes.

Conforme a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019, a BNC-Formação, a política que se refere essa formação deve estar de acordo com os marcos reguladores das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e princípios relevantes, que trata da valorização da profissão docente e do fortalecimento de saberes e práticas específicos à formação inicial. Entende-se que a formação continuada é essencial para a profissionalização devendo fazer parte do cotidiano da instituição educativa, articulando os diferentes saberes e a experiência do docente podendo contribuir para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais (BRASIL, 2020).

Baseado no estabelecido, entende-se que a formação continuada ofertada não deve ser pontual, apenas para cumprir uma determinada Lei, mas pode contemplar reflexões e práticas que tenham como objetivo a melhoria da educação e a valorização do professor, isso corrobora com os estudos de Echeverria e Belisário (2008), Vivian e Goi (2021), Alferes e Mainardi (2011), Nóvoa (1995), Tardif (2010), Imbernón (2010), Freire (1997), David (2006) entre outros.

Na investigação também se procurou saber se além das formações ofertadas havia outras formações que os professores estavam participando. Identificou-se que 2 professores participaram de formações oferecidas por Órgãos Oficiais, 3 pelas IES, 1 pelas Editoras de livros didáticos e 9 professores que participaram em formações de eventos da sua área. Estes dados estão em consonância com pesquisadores que apontam a importância da busca por formação dos professores que estão em serviço (TARDIF, 2010) e buscando a sua formação permanente, apoiando-se na aquisição de conhecimentos, tentando que façam uma reflexão crítica da prática docente (IMBERNÓN, 2010).

Esses dados corroboram com alguns indicativos, como por exemplo na Plataforma Universidade 360º -Observatório da Educação Superior. Nesta plataforma há indicadores que trazem dados estatísticos de pesquisa realizada no período de 2013 a 2019 no País, que mostra que houve aumento de matriculados e concluintes no Curso Superior e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) (BRASIL, 2021).

(ii) Temáticas tratadas nas formações continuadas

Nesta categoria de análise apurou-se como as atividades de formação foram divulgadas nas redes de ensino, quais os assuntos abordados, como estes foram levantados, se aconteceu formação específica para cada área de conhecimento, os principais aspectos e assuntos abordados nas formações de Ciências da Natureza, como os assuntos trabalhados na formação continuada de Ciências da Natureza foram escolhidos e como os assuntos ou temáticas foram implementados na prática docente. Estes dados estão elencados no Quadro 4.

Quadro 4: Temáticas tratadas nas formações continuadas

	Características	Respostas
As atividades são divulgadas como:	e-mail da coordenadoria	02
	Escola: reuniões e WhatsApp	12
Assuntos Abordados	Utilização de mídias e formação para o ensino remoto e híbrido	01
	Atualização e avaliações	01
	Ensino remoto	01
	Estratégia, recursos e avaliação para serem usados em sala de aula	01

	Novidades de aperfeiçoamento em ministrar aula	01
	Respeito às diferentes culturas, como atender alunos com necessidades especiais -Inclusão	01
	Planejamento de conteúdo	01
	Metodologias, inovação e cooperação, motivação	01
	Aspectos pedagógicos e motivacionais	01
	Metodologias	01
	Sociais e psicológico do aluno	01
	Reflexões sobre as atividades	01
	Formação pedagógica geral, meio ambiente	01
	Ensino	01
De que forma os assuntos são levantados	Parte pedagógica da Escola	01
	Pela Secretaria de Educação	01
	Necessidades dos professores	01
	Nas palestras, cursos e reuniões	05
	A secretaria escolhe os temas	03
	Por pesquisa feita aos professores das Escolas	01
	Em razão do momento pandêmico	01
	Bem desorganizado, longe da realidade da Escola	01
Existe formação específica para cada área de conhecimento	Sim	02
	Não	12
Quais os principais aspectos e assuntos abordados nas Formações de Ciências da Natureza	Meio Ambiente	01
	BNCC	01
Os assuntos trabalhados na Formação Continuada de Ciências da Natureza são escolhidos:	Escolhidos pela Secretaria de Educação	13
	Sugeridos pelos professores da rede através de enquete	01
	Outros	0
Assuntos ou Temáticas tratados são implementados na prática docente	No aprimoramento dos planejamentos, práticas e repensando avaliações	02
	Em projetos, abordando Temas sugeridos	01
	Trabalhando metodologias ativas em sala de aula	01
	Na observação nas áreas externas da escola	01

Fonte: As autoras (2022).

As respostas obtidas demonstram que as atividades das formações continuadas foram divulgadas pela escola, que os assuntos abordados foram variados, a forma que foram levantados foi em palestras, cursos e reuniões e, na quase totalidade dos casos foram escolhidos pela Secretaria de Educação (Municipal ou Estadual). Esses dados corroboram com Menezes *et al.* (2017), Borges e Goi (2022) e Vivian e Goi (2021) quando destacam que as formações, geralmente não partem do interesse do

professor, mas de ações da própria Secretaria de Educação ou da gestão escolar. Pontua-se que seria relevante fazer uma estimativa sobre quais assuntos ou temáticas os professores sentem necessidade ou tem interesse para fazer uma formação levando em consideração as opiniões dos próprios professores.

Quando questionados se já realizaram formação específica para cada área, 2 professores responderam que sim. Além disso, responderam que os assuntos tratados em Ciências da Natureza são Meio Ambiente e BNCC e que essas temáticas foram escolhidas pela Secretaria de Educação. Segundo Vivian e Goi (2021) assuntos como o Meio Ambiente estão presentes nas formações continuadas, pois fazem parte do rol das temáticas que integram as áreas estando em consonância com documentos oficiais.

Os professores declararam que implementam na prática docente os assuntos ou temáticas tratadas na forma de aprimorar os planejamentos, práticas e conseguem repensar as avaliações, projetos, metodologias ativas, entre outros. Os assuntos e temáticas abordados nas formações estão em concordância com a LDB e a BNCC. Segundo Borges e Goi (2022) percebe-se que as escolhas dos assuntos e temáticas possuem previsão legal, e podem ser adequadas conforme as necessidades do público-alvo, estudo este mapeado nas CRE do Estado do RS.

Vivian e Goi (2021) em um estudo nas CRE apontam que a diversidade de assuntos abordados nas formações continuadas pode contribuir para o atendimento de necessidades locais. Foram vários os assuntos debatidos nas formações continuadas e alguns mencionados apenas uma vez. Os assuntos sinalizados pelos professores foram: Mídias, Atualização, Avaliação, Ensino Remoto, Estratégias e Recurso, Aperfeiçoamento, Respeito às Diferenças Culturais, Necessidades Especiais-Inclusão, Metodologias, Planejamento, Aspectos Pedagógicos e Motivacionais, Sociais e Psicológico do Aluno, Reflexões sobre as Atividades, Formação Pedagógica, Meio Ambiente e Ensino.

O assunto Mídia foi abordado por um professor, talvez pelo fato de a BNCC apontar as tecnologias digitais como apoio aos processos de ensinar e aprender (BRASIL, 2017). Vale ressaltar que os professores estão fazendo uma leitura deste documento nos últimos anos e isso acaba repercutindo em seus discursos.

O Ensino Remoto esteve presente em uma resposta, talvez pelo fato de os professores estarem presenciando esta modalidade de ensino, pois, na pandemia do Covid -19 (momento em que o questionário foi aplicado) uma das alternativas temporária para continuar promovendo as aulas foi o Ensino Remoto, no qual prevaleceu a adaptação das metodologias utilizadas no ensino presencial, garantindo as atividades educacionais (ALVES, 2016).

Outros assuntos abordados foram Atualização, Avaliação, Estratégias, Metodologias e Planejamento. A BNC-Formação pontua que a atualização na área e afins, propicia novos conhecimentos e experiências, podendo proporcionar aperfeiçoamento profissional e que os métodos e estratégias de avaliação são instrumentos de acompanhamento das aprendizagens, considerando a heterogeneidade dos estudantes retroalimentando à prática pedagógica. Ainda, neste documento, é apontado que o aperfeiçoamento está integrado aos processos formativos de todos os envolvidos no trabalho escolar (BRASIL, 2020).

As metodologias e Planejamentos são tratados na BNC-Formação como processos didáticos que podem auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem para que o professor utilize diferentes recursos

baseando-se em autoavaliação para que possibilite os processos de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2020).

Também foi citado o tema sobre Alunos com Necessidades Especiais, mais especificadamente, a Inclusão. Segundo Silva e Carvalho (2017), a escola e seus profissionais devem conhecer as especificidades do aluno para que possa ultrapassar limitações do processo de inclusão escolar e que a educação inclusiva faça as adaptações necessárias para a efetivação desse processo, mas percebe-se a pouca formação sobre esse assunto e a falta de profissionais especializados para dar suporte ao professor. A BNCC discorre amplamente sobre o respeito à cultura e as diferenças entre as pessoas, em que os sistemas, rede de ensino e escolas devem construir currículos e elaborar propostas pedagógicas que proporcione a igualdade educacional sobre a qual as particularidades devem ser consideradas e entendidas (BRASIL, 2017). Tratar da temática sobre respeito às diferenças culturais e pessoais auxiliam a elaboração de propostas pedagógicas que atendam ao interesse dos estudantes e suas identidades. Isso também é apontado na BNC-Formação (BRASIL, 2020).

Borges e Goi (2022) indicam que discutir nas formações continuadas as ações sobre práticas de ensino e realidade escolar pode oportunizar reflexões efetivas e ter uma melhora na qualidade da educação.

No que configura a área de Ciências da Natureza foram enfatizados o Meio Ambiente e a BNCC. Na BNCC a temática do Meio Ambiente não é específica da área de Ciências da Natureza, pois se integra às diferentes áreas, como proposta educacional interdisciplinar. Sendo a BNCC um documento que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica deve ter sido amplamente estudado para a orientação e para implementação nos sistemas de ensino.

Observou-se que os assuntos e as temáticas tratados foram implementados na prática docente de 5 professores. Aponta-se que tentaram contemplar mudanças de concepções sobre os processos de ensino e de aprendizagem podendo propiciar a reconstrução da prática pedagógica. Segundo Couto (2005):

A formação continuada é condição importante para a releitura das experiências e das aprendizagens. Uma integração ao cotidiano dos professores e das escolas, considerando a escola como local da ação, o currículo como espaço de intervenção e o ensino como tarefa essencial (COUTO, 2005, p. 14).

Tardif (2010) aponta que as formações podem favorecer aos docentes, mobilizando aspectos metodológicos promovendo a união dos saberes construídos na sua trajetória formativa e profissional. Portanto, é relevante continuar investindo no processo formativo oportunizando aos professores conhecimento profissional, prática profissional, engajamento profissional (BRASIL, 2020), e reflexão de sua própria prática, promovendo ações problematizadoras para que possam oportunizar a formação de sujeitos autônomos, críticos e reflexivos (ARAÚJO; REIS, 2014, RIVAS et al., 2005, TARDIF, 2010, IMBERNÓN, 2010). Assim, para acontecer à profissionalização docente é necessário organizar uma Política Nacional Global de Formação que articule a formação inicial com a continuada, que promova condições de formação, condições materiais de trabalho, planos de carreira e melhores condições salariais (ANFOPE, 1998).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se analisar como foram ofertadas as jornadas de formação continuada em alguns municípios na Região da Campanha, da Fronteira Oeste do Estado do RS e de uma cidade limítrofe de Caçapava do Sul, São Sepé, objetivando conhecer os aspectos referentes a essa formação, se existia formação específica para cada área e em especial em Ciências da Natureza e se além das formações ofertadas se esses profissionais realizaram outras formações.

Pelas respostas apresentadas pode-se perceber que a maioria dos cursos de formação continuada ofertados foram Atualizações. Os assuntos e temáticas abordados estavam em consonância com a Legislação vigente sobre a Educação Básica. E alguns professores procuraram outras formações. São poucas as Secretarias desta região que ofereceram formação continuada específica para cada área de conhecimento. Na área de Ciências da Natureza os principais aspectos e assuntos abordados foram Meio Ambiente e BNCC. Aspectos semelhantes já foram apresentados em pesquisas realizadas junto às CRE do Estado do RS como já apresentado neste manuscrito.

A formação continuada ofertada deveria ser mais voltada aos interesses de cada área e afins, possibilitando a troca de conhecimentos entre esses profissionais, podendo proporcionar a melhoria na educação por meio da reflexão da prática docente.

Com uma jornada de trabalho que vai além da carga horária cumprida em sala de aula, essa formação deveria ocorrer em turno que se trabalha, podendo ser em um espaço de tempo menor do que ocorre hoje, sendo mais efetivo para a qualificação do professor em serviço.

É importante levar em consideração o número de respondentes da pesquisa que foi baixo em relação ao número de professores que receberam o questionário, de modo que a pesquisa requer aprofundamento para que seja possível fazer maiores apontamentos.

Sinaliza-se que é importante apontar que universidade pública, multicampi (Unipampa), está em funcionamento nas regiões em que a pesquisa foi conduzida. Desta forma, é interessante que se busquem dados em relação às contribuições quanto à oferta e a demanda de cursos de formação continuada para professores da Educação Básica, bem como obter dados quanto ao número de professores da Educação Básica cursando mestrado e doutorado.

Os autores citados neste trabalho e os documentos abordados nessa pesquisa corroboram com o pressuposto da formação docente em ser contínua e progressiva, sendo um componente essencial da profissionalização docente. Este trabalho não acaba por aqui, é importante continuar investindo em pesquisas e mapeamentos sobre as formas que ocorrem os processos formativos, primando por mudanças nas políticas públicas do Estado do RS.

6. REFERÊNCIAS

ALFERES, Maria Aparecida; MAINARDES, Jefferson. A formação continuada dos professores no Brasil. **Anais...**Seminário de Pesquisa do PPE- Universidade Estadual de Maringá, Maio de 2011. Disponível em <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/001.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2018.

ALVES, Lins. A educação remota; entre a ilusão e a realidade. **Revista Interfaces Científicas**, v. 8, n. 3, p. 101 - 125, 2016.

ARAÚJO, Roberta Negrão de; REIS, Sandra Regina dos; A formação continuada e sua contribuição para o professor alfabetizador. **Anais...X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE), 1998, Campinas, Documento Final do IX Encontro Nacional. **Anais... IX Encontro Nacional**. Disponível em <<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/9%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1998.pdf>> acesso em 04 de junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2017 Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> acesso em 27 de Junho 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em <http://pne.mec.gov.br> acesso em 26 de junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Parecer CNE/CP Nº: 5/2005**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2018.

BRASIL, **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2ª edição atualizada em Maio de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em 07 de Junho de 2019.

BRASIL, MEC, Ministério da Educação. **Plataforma Universidade 360º - Observatório da Educação Superior**, 2021. Disponível em www.gov.br/mec/pt-br/universidade360 acesso em 08 de junho de 2022.

BORGES, Patrícia Bisso Paz; GOI, Mara Elisângela Jappe. Formação continuada de professores: os ciclos de formação e as reflexões diante da prática docente. **Anais...37º EDEQ**, FURG, Novembro 2017.

BORGES, Patrícia Bisso Paz; GOI, Mara E. Jappe. Investigação sobre formação continuada de professores na rede pública de ensino do estado do Rio Grande do Sul. **RenCiMa**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1- 26, jan./mar. 2022.

COUTO, Maria Elizabete Souza. A aprendizagem da docência de professores em curso de formação continuada na modalidade a distância. **Anais...VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES-2005**.

DAVID, Sandra. **Refletindo sobre os espaços de formação continuada na universidade (curso de pedagogia)**. 2006. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/018e5.pdf>> acesso em 08 de maio de 2018.

DIAS, Lisete Funari; FERREIRA, Maira. A formação continuada em serviço na percepção de professores da área de ciências da natureza. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 10, n. 30, p. 268-289, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, v.36, n.131, p.299-324, abr. – jun., 2015.

ECHEVERRÍA, Agustina Rosa; BELISÁRIO, Celso Martins. Formação inicial e continuada de professores num núcleo de pesquisa em ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v.8, n. 3, 2008.

FLÓRIDI, Márcia Augusta; STEINLE, Marлизete Cristina Bonafini. Formação Continuada em Serviço: Uma Ação Necessária ao Professor Contemporâneo. **Cadernos PDE VOLUME II**, Paraná, 2008, ISBN: 978-85-8015-040-7, http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uenp_ped_md_marcia_augusta_floride.pdf, Acesso em 17 de Junho de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (coleção leitura).

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v31, n.113, outubro-dezembro 2010, p. 1335 – 1379, disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >.

GOI, Mara Elisângela Jappe *et al.* Um estudo sobre a formação continuada de professores em coordenadorias regionais de educação no Estado do Rio Grande do Sul. **Anais...XII ENPEC: Natal**, 2019.

IMBERNÓN, Francisco, **A Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed. 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MAIA, Joseli Andrades; STROHAECKER, Tânia Marques. A evolução do ensino superior no Rio Grande do Sul pela perspectiva dos polos de crescimento. Uma análise da espacialidade das Instituições de Ensino Superior entre a década de 1960 e 2018. **Anais...XVIII ENANPUR, NATAL**, Maio de 2019, ISSN: 1984 – 8781.

MENEZES, Paola. D. *et al.* Formação continuada de professores: um estudo em Coordenadorias Regionais de Educação do RS. **Anais...IX Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)**, Santana do Livramento: 2017.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educ. Pesqui. [online]**. 1999, vol.25, n.1,p..11-20. ISSN 1517-9702. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000100002>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Ed. Publicações Dom Quixote. 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática? **Cad. Pesq.**, São Paulo, N94, p.58-73, ago. 1995.

RIVAS, Noeli Prestes Padilha; *et al.* A (re) significação do trabalho docente no espaço escolar: currículo e formação. **Anais...VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES-2005**.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v 14, n 40 jan./abr. 2009.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: Uma revisão integrativa. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 23, n.2, p. 293 – 308, Abr.-Jun., 2017.

SOLAREVICZ, Maíra Maria Prohmann de Lima. A importância da formação continuada no caso do magistério paranaense. **Dia a Dia educação: Portal educacional do Estado do Paraná**. Paraná 2006. Disponível em < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2337-6.pdf>> acesso em 30 de maio de 2018.

SOUTO, Maria de Fátima dos Santos; Formação continuada de professores: saberes e práticas do saber fazer docente. **Anais...ENDIPE** 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 10 ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

VIEIRA, Suzane da Rocha. A trajetória do curso de pedagogia – de 1939 a 2006. **Anais...Simpósio Nacional de Educação XX Semana da Pedagogia**. Novembro de 2008, Cascavel/PR.

VIVIAN, Marcelo Fonseca. **Formação Continuada de professores de Ciências da Natureza: um estudo exploratório em Coordenadorias Regionais de Educação da mesorregião sudeste riograndense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Ciências Exatas). Universidade Federal do Pampa. 2018.

VIVIAN, Marcelo Fonseca; GOI, Mara Elisângela Jappe. Formação Continuada de Professores: Um estudo Exploratório no Rio Grande do Sul. **Comunicações Piracicaba**, V.28, N. 1, p. 241 – 260, jan. – abri., 2021.

Submissão: 31/08/2022

Aceito: 12/12/2022